

Revista
Latino-americana de

Geografia e Gênero

Volume 13, número 1 (2022)
ISSN: 2177-2886

Artigo

Discussões Simbólico- Espaciais sobre Territorialidades LGBTQIA+ no Contexto Juiz-Forano

*Discusiones Simbólico-Espaciales sobre
Territorialidades LGBTQIA+ en el Contexto de la
Ciudad Juiz de Fora*

*Symbolic-Spatial Discussions about LGBTQIA+
Territorialities in the Context of the Municipality of Juiz
de Fora*

Jessica Lana de Souza da Silva

Universidade Federal de Juiz de Fora – Brasil
jessicalanaufjf@gmail.com

Maria Lúcia Pires Menezes

Universidade Federal de Juiz de Fora – Brasil
luciamenezes0308@gmail.com

Marcelo Carmo Rodrigues

Universidade Federal de Juiz de Fora – Brasil
marcelodocarmo4@gmail.com

Como citar este artigo:

SILVA, Jessica Lana de Souza da; MENEZES, Maria Lúcia Pires; RODRIGUES, Marcelo Carmo. Discussões Simbólico-Espaciais sobre Territorialidades LGBTQIA+ no Contexto Juiz-Forano. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 13, n. 1, p. 70-94, 2022. ISSN 2177-2886.

Disponível em:

<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>

Discussões Simbólico-Espaciais sobre Territorialidades LGBTQIA+ no Contexto Juiz-Forano

Discusiones Simbólico-Espaciales sobre Territorialidades LGBTQIA+ en el Contexto de la Ciudad Juiz de Fora

Symbolic-Spatial Discussions about LGBTQIA+ Territorialities in the Context of the Municipality of Juiz de Fora

Resumo

O presente trabalho se desenvolve no sentido de compreender parte da vivência e da adequação comportamental de sujeitos LGBTQIA+, na cidade de Juiz de Fora (MG). Objetivamos saber como a espacialidade corporal dos indivíduos se reproduz de maneira diferente ao transitar entre os espaços da cidade, levando em consideração a influência da heteronormatividade nas relações espaciais. Para tanto, realizamos uma revisão bibliográfica e desenvolvemos sete entrevistas semiestruturadas com pessoas LGBTQIA+ residentes na cidade. Diante do material adquirido, tivemos acesso a exemplos cotidianos sobre como aspectos despercebidos por pessoas que ocupam categorias de privilégio podem impedir as existências de outros, em determinados espaços.

Palavras-Chave: Cidade. Heteronormatividade. LGBTfobia.

Resumen

Ese trabajo se desarrolla en la búsqueda por la comprensión de parte de la experiencia y adecuación comportamental de sujetos LGBTQIA+, en la ciudad de Juiz de Fora (MG). Pretendemos comprender cómo se reproduce de manera diferente la espacialidad corporal de los individuos, al moverse entre los espacios de la ciudad, considerando la influencia de la heteronormatividad en las relaciones espaciales. Para eso, realizamos la revisión bibliográfica y desarrollamos siete entrevistas semiestruturadas con personas LGBTQIA+ residentes en la ciudad. A la vista del material adquirido, tuvimos acceso a ejemplos cotidianos de cómo aspectos desapercibidos por personas que ocupan categorías privilegiadas pueden impedir la existencia de otros, en determinados espacios.

Palabras-Clave: Ciudad. Heteronormatividad. LGBTfobia.

Abstract

This study was developed seeking to understand part of the experience and behavioral adequacy of LGBTQIA+ subjects in the city of Juiz de Fora (MG). We aimed to know how individuals' body spatiality is reproduced differently when moving throughout different spaces in the city, taking into consideration the influence of heteronormativity in spatial relationships. To achieve this aim, we carried out a literature review and seven semi-structured interviews with LGBTQIA+ people residing in the city. The data collected provided us with everyday examples of how aspects unnoticed by people who occupy privileged categories can prevent the existence of others in certain spaces.

Keywords: City. Heteronormativity. LGBTphobia.

Jessica Lana de Souza da Silva, Maria Lúcia Pires Menezes, Marcelo Carmo Rodrigues



Introdução

O acesso à cidade é dado de maneira desigual entre os sujeitos, de forma que a supervalorização de algumas categorias concebe uma normatividade comportamental padronizante daquilo que é bem visto e socialmente aceito. Essa normatividade tem um caráter patriarcal, branco, heterossexual, eurocêntrico e, ainda, homogeneizante, visando colocar todos em uma mesma condição, de maneira a negar e até mesmo combater o que está fora do padrão pré-estabelecido. Com isso, e a partir de ações que negligenciam fundamentos básicos de igualdade de direitos, temos uma rejeição da almejada “liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos” (HARVEY, 2008, p. 74). Consequentemente, as condições de se moldar o processo urbano a partir do poder coletivo e individual são dificultadas.

Há (re)existência a esse *modus operandi*, a qual provém de pessoas que buscam subverter e ressignificar as normatividades impostas. É a partir desse movimento de resistência que adquirimos os mais diversos direitos. Porém, o ponto ao qual direcionamos questionamentos diz respeito a como a cidade é pensada e construída de modo a garantir e retroalimentar os privilégios de algumas categorias sociais, invisibilizando outras. Em consequência disso, temos um comprometimento com a funcionalidade dos espaços da cidade, principalmente do espaço público, este que, por sua vez, é o ponto de encontro das heterogeneidades, logo, de conflitos entre os sujeitos. Isso porque cada pessoa apresenta a sua demanda social, a qual possui relação com classe, raça, cultura, idade, origem, escolaridade, entre outros fatores. É a partir das demandas sociais apresentadas nos espaços públicos que são expostas as diferenças entre os cidadãos e pensados os ordenamentos providos das autoridades públicas. Porém, como existe um esforço grande em invisibilizar categorias que fogem de uma normatividade, temos a realidade de que nem todas as demandas são apresentadas nos espaços, o que contribui para que os ordenamentos pensados não contemplem a todas as pessoas.

A partir da notoriedade dos conflitos sociais que surgem no encontro entre os diferentes é que são aplicadas e desenvolvidas regras de trato social como forma de orientação comportamental dos indivíduos. Estas, teoricamente, são pensadas com intuito de imposição de limites individuais como garantia da satisfação parcial de todos. Entretanto, o direito de se expressar é retirado de algumas pessoas antes mesmo de elas entenderem parte de suas necessidades, contribuindo para que a manipulação de identidades sociais seja incorporada como mecanismo de sobrevivência e de aceitação.

Essa temática pode ser pensada quanto à permanência dos sujeitos LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais/Agênero, Pan/Poli, e mais) nos espaços, dado que, na grande maioria das vezes, as discussões atreladas ao simbólico-espacial das questões de gênero são desenvolvidas sob uma orientação heteronormativa. Sendo assim, não é de se estranhar que as normatizações hegemônicas, a invisibilidade de sujeitos e a recusa de ações e comportamentos homoafetivos estejam fortemente presentes no cotidiano (MAIA, 2012).

Neste sentido, os indivíduos que acreditam em distintos costumes dentro

dos grupos urbanos tendem a passar pelo processo de discriminação e segregação, contribuindo para a ampliação de microdemarcações desenvolvidas no próprio espaço de convivência (COSTA, 2010). Serpa (2013) traz contribuições sobre o assunto ao destacar as barreiras simbólicas existentes nos espaços públicos. De acordo com o autor, “se o espaço público é essencialmente político, um espaço de encontro de diferentes, os territórios são, muitas vezes, espaços de iguais em conflito, juntos, mas separados pelos limites simbólicos” (SERPA, 2013, p. 64). Sendo assim, uma praça pública pode parecer ser um ambiente de acesso a todos, porém, os atributos simbólicos e barreiras, socialmente construídos, impõem limites de acesso a alguns sujeitos, de maneira a fazer com que nem todos se sintam pertencentes e/ou confortáveis para frequentar certos locais. Tais barreiras simbólicas podem ser exemplificadas pela incidência de olhares que condenam, de intervenções militares e/ou da segurança local sem a devida justificativa, da verbalização de pensamentos, da disposição dos equipamentos e comércios que circundam, entre outros. Devido a isso, temos uma realidade tal que, quando sujeitos que não possuem características semelhantes (estigmas, raça, classe social, entre outros) frequentam esses espaços, eles provavelmente estarão suscetíveis a sentimentos de desconforto e de não pertencimento, contribuindo para uma não permanência do diferente.

Tendo isso presente, faz-se possível compreender que o território pode ser interpretado como definidor das relações e de sua própria delimitação. Uma vez que, a partir das intenções, oportunidades e possibilidades, os indivíduos se organizam e possibilitam a materialização e delimitação dos espaços (FORNO, 2011). Diante disso, são formados agregados sociais que se unem, em função de interesses relacionais específicos. Gonçalves (2002) afirma que os seres humanos “só se apropriam daquilo que faz sentido; só se apropriam daquilo a que atribuem uma significação e assim, toda apropriação material é, ao mesmo tempo, simbólica” (GONÇALVES, 2002, p. 230).

Os diferentes grupos sociais desenvolvem, em virtude de alguns movimentos opressores, espaços de enfrentamento, de resistência ou simplesmente espaços de consumo e lazer que possibilitem a sua permanência de forma segura. Um processo duplo, pois, por outro lado, verifica-se a dinâmica de auto segregação espacial, caracterizada como um processo resultante de todo esse sistema proposto pela sociedade dominante. Saquet (2013) caracteriza as territorialidades como sendo o acontecer das diferentes atividades diárias que se efetivam nos múltiplos espaços: no do trabalho, do lazer, da família, se tratando de resultado e condição do processo de construção do território (SAQUET, 2013).

Castro (2005) chama a atenção para a importância do olhar geográfico para essa complexidade, uma vez que a visibilidade da dimensão política dos fenômenos precisa ser compreendida a partir de escalas adequadas, cabendo ao profissional geógrafo o desenvolvimento e o estudo empírico dos fatos, facilitando o conhecimento de características específicas de cada fenômeno.

Em um trabalho posterior, Castro (2014) destaca a necessidade de compreensão da dimensão de poder na qual os diversos grupos da sociedade se encontram, e também chama a atenção quando o objeto de estudo se refere à territorialidade, reforçando a necessidade de interpretação em diferentes

escalas, uma vez que a mudança desses juízos interpretativos implica transformações qualitativas do fenômeno. Segundo a autora, a escala precisa ser vista como problema para a reflexão e objetivo da pesquisa, haja vista que a partir dela se faz possível definir a significativa importância do fenômeno aos olhos do pesquisador e compreender quais recursos metodológicos foram utilizados pelo cientista para que a visibilidade dos fatos fosse alcançada. No tocante a estudos desenvolvidos, principalmente no campo das Ciências Humanas, Castro (2014) compreende que os efeitos encontrados em determinada escala não podem ser transferidos de uma escala para outra e nem hierarquizados. Assim sendo, as microescalas não devem ser interpretadas como algo de menor complexidade, se comparadas às macroescalas.

Essa discussão perpassa os interesses centrais da presente pesquisa, pois estudos que envolvem delimitação de território, em suas múltiplas escalas, demonstram complexidades na própria interpretação da apropriação do espaço. Isso porque muitas das barreiras existentes nem sempre são visíveis em todos os meios sociais, onde códigos de percepção podem ser decifrados apenas por grupos que agem com certos propósitos (COSTA, 2010). Dessa maneira, para se compreender o território, é importante saber que existem componentes materiais e psicológicos ligados à vida social dos grupos que o compõem (SAQUET, 2013).

A interdisciplinaridade de que investimos neste trabalho reforça a necessidade de aproximação do tema com a Geografia, uma vez que as relações dos diferentes sujeitos que delimitam seus territórios se dão de forma indissociável entre a materialidade do espaço e a imaterialidade das interações (NETO, 2013). Sendo assim, entender o processo de formação de territorialidades requer interpretações da dimensão humana e territorial particular dos sujeitos, sendo “o encontro de processos socioespaciais situados na confluência interescalar do macro e do micro” (FORTUNA, 2012, p. 201), onde tais fenômenos acontecem nos lugares de cada indivíduo e, para compreendê-los, faz-se necessária a vivência e proximidade daquilo que é visto como real para cada um.

As territorialidades possuem relação com aquilo que é construído nas espacialidades socioafetivas, onde a intuição, motivação e toda a estratégia traçada pelo mercado pós-moderno se fazem presentes. Tais conhecimentos facilitam o processo de (re)visão da episteme urbana, no sentido de permitir novos entendimentos daquilo que temos hoje como cidade, na qual a centralidade do corpo é vista como um dos principais aspectos para se realizar novas compreensões políticas para grupos subalternizados (FORTUNA, 2012).

Diante desses contornos, a pesquisa que segue busca compreender parte da vivência e da adequação comportamental de sujeitos LGBTQIA+, na cidade de Juiz de Fora (MG). Objetivamos saber como a espacialidade corporal dos indivíduos se reproduz de maneira diferente ao transitar entre os espaços da cidade, levando em consideração a influência da heteronormatividade nas relações espaciais. Para tanto, realizamos sete entrevistas semiestruturadas com pessoas LGBTQIA+. A definição dos sujeitos que colaboraram com o desenvolvimento da pesquisa, a partir das entrevistas seguiram os seguintes critérios: (i) pertencerem ao coletivo LGBTQIA+, (ii) serem maiores de idade, (iii) concordarem em responder às perguntas, e (iv) residirem na cidade de Juiz

Jessica Lana de Souza da Silva, Maria Lúcia Pires Menezes, Marcelo Carmo Rodrigues

de Fora.

As pessoas entrevistadas receberam nomes fictícios como garantia de anonimato, e, por se tratar do desenvolvimento de uma pesquisa de mestrado, o trabalho foi aceito pelo Comitê de Ética – Plataforma Brasil. Com isso, tivemos as entrevistas de Jasmim (mulher, bissexual, cisgênero), Lírio (homem, homossexual, cisgênero), Girassol (homem, heterossexual, transgênero), Tulipa (homem, homossexual, cisgênero), Rosa (homem, homossexual, cisgênero), Flora (pansexual, não binária), Ficus (homem, homossexual, cisgênero) e Begônia (panssexual, não binária).

Entendemos que nenhum dos sujeitos entrevistados é apenas LGBTQIA+, eles são pessoas que nasceram em um tipo de família, com certa crença religiosa, em dada classe social, com alguma identidade racial, sendo ou não pessoas expressivas, com dado nível de escolaridade, dentre vários outros elementos que poderiam ser constitutivos de uma interpretação interseccionalizada. Porém, restringiremos apenas à orientação sexual e identidade de gênero, no presente trabalho. Ressaltamos que quando elaboramos nossas sínteses sobre dada situação, é importante sabermos que “a realidade é sempre mais rica do que o conhecimento que temos dela” (KONDER, 2008, p.36).

A Manipulação das Identidades, a Lgbtobia e a Oferta de Festas LGBTQIA+ na Cidade de Juiz de Fora (MG)

A partir do que foi apresentado na introdução do presente trabalho, destacamos que compreender parte dos fluxos e interações nas atividades desenvolvidas pelos grupos LGBTQIA+, principalmente no que se refere à organização de atos políticos, de festas e de demais projetos culturais, tem extrema significação para o campo da Geografia, uma vez que é capaz de ressaltar invisibilidades contidas no cotidiano social de alguns sujeitos no espaço urbano.

De acordo com Pino (2007), as relações heteronormativas podem ser descritas como um enquadramento de todas as relações em um sistema binário de gênero, responsável por organizar os desejos, atos e práticas, tendo como base o modelo heterossexual reprodutivo. E a partir dessa dicotomia o que temos é a homogeneização dos sujeitos segundo os grupos nos quais são “encaixados”. Não se leva em consideração as heterogeneidades existentes entre as pessoas, o jogo de disputas internas de uma comunidade e como a desigualdade de domínio se faz presente. Um processo resultante desse jogo de poder é a supervalorização de elementos, signos, símbolos, dentre outros fatores que reforçam a diferenciação por estigmas e estereótipos.

A criação de espacialidades festivas voltadas para a convivência LGBTQIA+ busca oferecer mínima autonomia em relação a esses padrões, regidos pela égide heteronormativa, permitindo que a “liberdade” e “diversidade” dos indivíduos possam, de alguma forma, ser exploradas. Esse tipo de festa, desenvolvida tanto em ambientes públicos, quanto privados, permite que gestos e ações cotidianamente solapados e censurados intercorram sem que olhares de repressão e de discriminação sejam notados, propiciando momentos que vão à contramão do disfarce de identidade convencionalmente

vivido por determinados sujeitos (MAIA, 2012). Porém, é válido ressaltar que, mesmo assim, vários comportamentos são reproduzidos de maneira a obedecer as normatividades patriarcais e à manipulação das (re)invenções do sistema capitalista.

As minuciosas estratégias de mercado geram sínteses de formas estéticas que estimulam intuições e percepções dos sujeitos sobre elas, fazendo-os agregarem-se a certas interações que, em primeiro momento, para tais sujeitos, representam o compartilhamento de certos estímulos sensitivos na agregação de corpos, de práticas interativas e de comportamentos, mas que, para os investidores, são lugares estratégicos de reprodução de capital pelo consumo (COSTA, 2010, p. 70).

Neste sentido, destacamos o estigma como um dos demarcadores teóricos dessa pesquisa. Isso porque, a partir da sua existência, temos uma padronização de regras, normas e valores. Podemos interpretá-lo como um dos meios que a sociedade estabelece para categorizar pessoas e atributos como comuns, naturais, e não naturais. Dessa forma, existem fatores que manipulam a teoria do estigma e reforçam os argumentos e ideologia que explicam a inferioridade dos sujeitos. Assim, “[u]tilizamos termos específicos de estigma como aleijado, bastardo, retardado, em nosso discurso diário como fonte de metáfora e representação, de maneira característica, sem pensar em seu significado original” (GOFFMAN, 1988, p.15).

Por enquanto, destacamos que o entendimento das territorialidades atravessa o campo da manipulação dos estigmas, que, por sua vez, contribui para a visível segregação dos sujeitos. Na prática, essas ações não estão separadas, elas acontecem concomitantemente e influenciam na questão comportamental. Precisamos compreender que existem várias facetas da LGBTfobia, as quais devem ser desvendadas, e que existe a necessidade de nos atentarmos diante das íntimas conexões que favorecem a sua existência.

No estudo de caso, consideramos a cidade de Juiz de Fora um importante centro urbano, responsável por consolidar significativo controle financeiro e econômico regional. Com população estimada de 568.873 pessoas (IBGE, 2019), estando entre os vinte municípios mais populosos da região Sudeste, Juiz de Fora tem destaque localizacional por estar ligada às capitais do Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Brasília, pela rodovia BR-040.

Segundo Menezes (2018), a cidade vem se tornando uma das mais populosas e importantes do estado de Minas Gerais, possuindo em seu modelo urbanístico central a inserção de parques, praças, comércios, teatro e cinema. A autora pondera que há uma recente implementação de um novo modelo de urbanismo, em que se observa o crescimento de condomínios fechados, de *shoppings centers* e de um desenvolvimento espacial urbano que permite o surgimento de outras centralidades na cidade, “dispersando e tornando decadentes os tradicionais espaços públicos do antigo centro da cidade, em especial no que diz respeito ao uso e convívio da classe média” (MENEZES, 2018, p. 78).

Notamos, diante do estudo desenvolvido por Menezes (2018), que a pretensa decadência do espaço público, no que se refere ao seu uso para o lazer

da população, reflete na associação do espaço público como um local de menor segurança. Dessa forma, temos parte do centro da cidade de Juiz de Fora voltado para circulação de uma categoria de pessoas de classe social mais popular, sendo elas prestadoras de serviços e/ou interessadas em itens oferecidos pelos múltiplos pontos comerciais. Temos também um roteiro de concentração de passeatas e manifestações organizadas nessas espacialidades, de forma a cumprir o exercício do direito geopolítico do território. De maneira geral, vivenciamos um “processo de valorização histórica do centro da cidade e de seu recente esvaziamento, do espaço público social e institucional da área central de Juiz de Fora” (MENEZES, 2018, p. 78).

Em toda a sua história, dentre destaques nacionais e internacionais, dados durante seu constante processo de construção histórico-cultural, essa cidade tem o reconhecimento desde tempos remotos, como cidade acolhedora dos LGBTQIA+ de todo país. Isso porque a mesma foi palco da primeira edição do *Miss Brasil Gay*, ainda em tempos de ditadura militar, no ano de 1976. Com o passar dos anos, tivemos algumas aquisições de direitos voltados para toda coletividade. Isso se deu na medida em que iniciativas como as tomadas por grupos e organizações não governamentais se uniram e acolheram as pautas LGBTQIA+. Podemos exemplificar isso através do trabalho do Movimento Gay de Minas (MGM), que propôs à cidade uma agenda local de eventos de conscientização, festas e palestras, bem como uma Lei Orgânica Municipal¹, que defende o respeito e o amor entre pessoas do mesmo sexo, entre outras sugestões. Seguindo a mesma direção, temos a Universidade Federal de Juiz de Fora como uma instituição que programa projetos e várias intervenções político-pedagógicas sobre a visibilidade de gênero e sexualidade.

O *Miss Brasil Gay*, festa de destaque anual, teve a sua 39ª edição em agosto de 2019, sendo este um evento tombado como patrimônio imaterial, de acordo com o decreto nº 9.275, de agosto de 2007. Trata-se de um evento internacionalmente conhecido, responsável por ser um gerador do turismo de eventos da agenda da cidade de Juiz de Fora. Isso se dá devido ao fato de que estamos diante de uma das organizações de eventos que atrai maior público anualmente para a cidade. Criado por Francisco Mota, este evento se caracteriza por eleger a transformista que mais acumula características para representar seu Estado, em categoria nacional.

Em entrevista ao jornal local Tribuna de Minas, no ano de 2018, Chiquinho Motta conta sobre os momentos em que interpretou Mademoiselle Debret Le Blanc, a pioneira e inspiração do *Miss Brasil Gay*. Mademoiselle Debret de Le Blanc nasceu em Juiz de Fora e representava luxo e elegância. Chiquinho conta que essa personagem fez muitas apresentações pelo Brasil e que foi a partir dela que nasceu a primeira ideia do evento, em seu apartamento. Na época não existia o concurso, mas em reunião com os amigos que também transvestiam, eram organizados desfiles pelos cômodos de sua casa. Foi lá que a festa ganhou forma e profissionalizou-se, no ano de 1976. Durante a entrevista dada ao jornal, Chiquinho diz que:

1 Lei que pune “toda e qualquer manifestação atentatória ou discriminatória praticada contra qualquer cidadão homossexual (masculino e feminino) bissexual ou transgênero” (CÂMARA MUNICIPAL, 2000).

Eram outros, os tempos. Nós gays não tínhamos tanto espaço. E a personagem que interpretávamos no concurso era diferente da do dia a dia. Hoje posso falar que sou gay. Posso falar que sou Francisco e também a Debret Le Blanc. Hoje tudo é possível. E eu fui pioneiro (TRIBUNA DE MINAS, 2018).

Em decorrência desse evento, tivemos, no ano de 1998, a criação da *Rainbow Fest*, organizada pelo MGM. Vivendo a epidemia de HIV no Brasil, e todo o debate a respeito dos direitos LGBTQIA+, um grupo de gays se reuniu na cidade de Juiz de Fora e decidiu organizar a distribuição de panfletos, preservativos, questionários, dentre outros materiais atrelados ao direito dos gays. Essa intervenção acontecia na mesma data do *Miss Brasil Gay*, aproveitando o movimento do turismo LGBTQIA+ na cidade (TRIBUNA DE MINAS, 2019).

Era no calçadão da Rua Halfeld, uma das principais ruas do centro da cidade, que a semente plantada pelo MGM crescia. Ali ficavam muitas *drag queens* e população no geral, aguardando o concurso do *Miss Brasil Gay*, que acontecia no período da noite no Sport Club². Aproveitando esse espaço, a *Rainbow Fest* promovia sua festividade e movimento de conscientização. Assim, o MGM foi ganhando força e acarretando grandes avanços na aquisição de direitos, como a proposição da Lei Orgânica Municipal, intitulada "Lei Rosa" (Lei nº 9.791) (TRIBUNA DE MINAS, 2019).

Mesmo frente a grande clamor, tivemos as edições do *Miss Brasil Gay* de 2012, 2014, 2015 e 2016 adiadas pelo poder público local. A justificativa para o adiamento era pela falta de recursos financeiros do município, que esconde, por trás dessa alegação, todo o preconceito e conservadorismo da câmara dos vereadores. Tivemos, diante desse hiato temporal, uma perda imensurável para a cultura e luta por visibilidade de pautas LGBTQIA+.

Outro significativo evento para a cidade é a Semana Rainbow, da Universidade Federal de Juiz de Fora. Esta teve sua primeira edição no ano de 2017, a partir de um projeto de extensão denominado "Identidades, Cidadania e Inclusão LGBTQI+: Semana *Rainbow* UFJF". O evento foi desenvolvido no intuito de contribuir com a visibilidade de pautas LGBTQIA+, assim como diminuir o impacto causado pelo cancelamento de agenda voltada ao público na cidade (RODRIGUES JUNIOR, 2019).

O projeto da Semana *Rainbow*, idealizado pelo professor Marcelo Carmo Rodrigues, conta com atrações gratuitas para toda a população que tiver interesse em participar, acontecendo em diversos pontos da cidade. No ano de 2020, devido ao isolamento social por conta da pandemia do coronavírus, a Semana *Rainbow* foi realizada no formato *online*. Dentre as opções de entretenimento oferecidas, há cinema, rodas de conversa, teatro, palestras, *shows*, exposições fotográficas, oficinas, atos políticos, competição de dublagem de *drags*, performances, e uma gama de outras atividades educacionais, artísticas e culturais.

A cidade também conta com uma Lei municipal denominada "Lei Rosa" (Lei 9.791, de maio de 2000), que pune "toda e qualquer manifestação

2 Clube brasileiro de futebol que disputou a divisão principal do Campeonato Mineiro em 1987.

atentatória ou discriminatória praticada contra qualquer cidadão homossexual (masculino e feminino) bissexual ou transgênero” (CÂMARA MUNICIPAL, 2017). Apesar do reconhecimento e respaldo da mesma, sua aplicabilidade é dificultada frequentemente, dada a inexistência de um órgão central que receba as denúncias em esferas federal, estadual e municipal, nos três poderes do Estado³. Com isso,

[o] que preocupa os autores responsáveis pela emancipação dos direitos LGBT é a impunidade com que os casos são tratados no nosso país. Os policiais, os delegados, os juízes manifestam suas ações homotransfóbicas ignorando os crimes e negando sem justificativa alguma sua conotação homofóbica, fazendo com que, em primeira instância não se abra brecha para julgar crimes homofóbicos, consecutivamente, a impunidade estimula que novos ataques continuem ocorrendo (FRANCO, 2017, p. 19).

Diante desse cenário de conservadorismo e, conseqüentemente, de práticas que dificultam manifestações LGBTQIA+, temos uma valorização ideológica da heteronormatividade. Essa realidade contribui para o silenciamento, para a violação de direitos fundamentais e para a opressão dos indivíduos.

A crescente associação do momento de lazer com práticas realizadas em locais privados ou privados de uso coletivo faz parte do cenário ao qual estamos inseridos, como consumidores. No caso dos sujeitos entrevistados nesta pesquisa, poderíamos dizer que um dos fatores que justificam esse movimento é que estes indivíduos desenvolvem, em virtude da discriminação e da repressão, espaços de enfrentamento, de resistência, ou simplesmente espaços de consumo e de diversão que, minimamente, ofereçam segurança e aceitação de seus comportamentos, mesmo que essa “aceitação” seja questionável.

Com isso, queremos ressaltar a existência de uma relação direta entre o poder de compra desses sujeitos e os espaços de sua maior aceitabilidade. Nesses espaços também temos facetas da LGBTfobia infiltrada, mas o que aqui estamos tentando dizer é que existe a possibilidade de um conforto maior para se expor. A percepção de que o estigma não precisa ser escondido pode contribuir para que surjam comportamentos jamais pensados em locais públicos. Desse modo, vê-se que, “[e]m alguns casos, essa liberdade de ação é consequência da escolha da companhia de pessoas que têm estigmas iguais ou semelhantes” (GOFFMAN, 1988, p. 93), como podemos notar na fala da entrevistada Jasmim, que se dispõe a enfrentar situações de machismo quando existe a segurança de ter amigos por perto.

Mas também gosto de afrontar essas pessoas. Se eu estiver me sentindo segura com a pessoa que estou ficando, com amigos por perto vou agir naturalmente. Agora começar um lance do zero num

3 Além dessa realidade de ausência de punição, ainda temos um movimento que busca a implementação de propostas semelhantes ao que seria o projeto "Escola Sem Partido". Tal encaminhamento foi apresentado no ano de 2016 pelo então vereador André Mariano (PSC), em defesa de uma possível “neutralidade política, ideológica e religiosa” (TRIBUNA DE MINAS, 2017).

lugar que seja hétero ou que eu não esteja com amigos pode ser que eu pense em me adequar sim, o que significa não ficar com mulheres. Isso que estou falando é um absurdo, mas é assim. O medo do preconceito faz a gente se armar, mas também faz a gente se anular pra não vivenciar nada ruim. É doido isso, né? Acho que muitas pessoas passam por isso.

Temos também casos em que os sujeitos podem demonstrar suas ações sem necessariamente serem identificados, como, por exemplo, em um *dark room*⁴, com fantasias que cubram o rosto, ou até mesmo em locais em que não exista a possibilidade de se encontrar pessoas conhecidas. Ficus foi uma entrevistada que trouxe relatos, os quais podem exemplificar o que foi supracitado, a saber:

Na real, nós LGBTs já temos nossas práticas sexuais julgadas desde sempre. Pra mim foi uma libertação quando comecei a transar sem culpa, ou sem medo de alguém pegar e dar algum B.O, ou conseguir me relacionar afetivamente com a pessoa que transo. Por isso que boto muita fé no banheiro, no cruising, na orgia, porque é uma forma da gente se estabelecer como ser humano com direito ao prazer. Fazer o que quer e gozando sem culpa.

Diante desse descrédito social a partir das manifestações de gênero e sexualidade, podem surgir, nos espaços privados de uso coletivo, atitudes que são interpretadas de forma errônea por uma parcela de pessoas. Tais atitudes seriam taxadas como “essência homossexual”, representando uma das facetas da LGBTfobia. Esses julgamentos “também fazem com que os homossexuais assumam estereótipos socialmente atribuídos a eles - gay drogado, gay promiscuo, gay afeminado, invertido (a), mulher-macho etc.” (TOLEDO; PINAFI, 2012, p. 151). A partir dessas identificações, leva-se a uma imagem de desvalorização e de negatividade ao sujeito. Não que possuir esses atributos seja algo ruim, a questão é a forma com que as pessoas propagam suas percepções, em relação a pessoas LGBTQIA+.

Vê-se que até este ponto de nossa escrita, são considerados fatores que demonstram como festividades desenvolvidas em espaços públicos da cidade possuem comprometimento em suas ocorrências, devido a uma resistência do poder público local. Essas festividades seriam as responsáveis por contemplarem um número maior de pessoas de classes sociais diferentes, ao passo que apenas uma pequena parcela possui poder aquisitivo para frequentar casas de festa em espaços privados de uso coletivo.

Frente a esse movimento de negação dos LGBTQIA+, vemos que muitos deles adequam seu comportamento em função dos julgamentos. Não negamos a existência de ações motivadas pela intensidade de emoções nesses espaços de festas, faz-se necessário ressaltar que, para algumas pessoas, esses são os únicos locais em que o direito à manifestação lhes é dado.

Quando se discute a necessidade de uma adequação comportamental do

4 Cômulo escuro, geralmente inseridos em boates, em que não se vê com nitidez as pessoas devido à baixa ou nenhuma luminosidade e que relações sexuais podem ser realizadas.

sujeito com o propósito de que este adquira níveis de aceitabilidade, já temos, dentro da própria situação, algo excludente, que permite fazermos a distinção entre aquilo que é adequado e aquilo que é inapropriado. É a partir desse movimento de aprovação, muitas vezes dado de forma naturalizada, que cobrimos uma gama de variáveis pouco exploradas (GOFFMAN, 2010), as quais, por sua vez, podem vir a fazer parte do movimento que retroalimenta o dispositivo de controle social⁵.

Na medida em que os privilégios sociais são naturalizados, são delimitados ambientes nos quais certas pessoas são proibidas de entrar. Essa proibição nem sempre vai acontecer de forma a ser percebida por todas as pessoas, isso acontece no campo do simbolismo - assim como a aceitabilidade de algumas ações nem sempre é regulamentada a partir de estatutos e/ou legalizações visuais. Isso acontece quando, por exemplo, certa área da cidade passa a atrair LGBTQIA+ para desenvolverem ações de lazer, estabelecimento de amizades, romance, etc. Isso se faz notório na fala do entrevistado Lírio, a saber, quando ele diz que:

Essa questão de locais LGBTs ou não, ficam muito claras quando você olha a sua maioria, né? Existem, por exemplo, bares que eu frequento que não tem nada escrito, mas que são frequentados e parece que já estão no entendimento público que é da população LGBT. Já outros não são assim. Tem também locais que eu evito frequentar, porque eu sei que não vai ter ninguém. Então a gente fica com medo de um lugar desses. É medo de sofrer algum preconceito ou alguma agressão.

Seguindo essa linha de relato, como exemplo das delimitações dadas na cidade, Goffman afirma: “sugeri que em muitas situações certas categorias de pessoas não podem estar autorizadas a estar presentes e que se estiverem presentes, isto por si só constituirá um ato inapropriado” (GOFFMAN, 2010, p. 21). O que entendemos a partir desta citação é que, diante da existência de regras de exclusão, a presença de indivíduos indesejáveis faz com que seja dispensada atenção redobrada às suas condutas naquele espaço. Na medida em que o sujeito tem o conhecimento preliminar dessa situação, ele pode optar por não adentrar nesses espaços e/ou fazer com que sua presença não seja notada. O entrevistado Girassol, com a sua vivência de homem transexual, nos relata um pouco sobre a sua experiência nos espaços da cidade, antes e após o processo de transição (hormonização e mastectomia). Quando o questionamos sobre a possibilidade de alteração comportamental para transitar na cidade, obtivemos a seguinte resposta:

[...] com a transição, estar nos dois lugares (mulher e homem), fizeram com que eu tivesse visões completamente diferentes do

5 Esse dispositivo representa uma rede responsável por controlar nossas práticas sociais a partir de discussões que aparecem nas mais diversas instâncias do cotidiano, sejam elas encontradas na literatura, nas leis, nos sistemas educacionais, na mídia em geral, entre outras instâncias sociais, de forma a manterem regradas nossas ações. A estrutura básica deste dispositivo está na dualidade estabelecida entre hetero/homo, em que a heterossexualidade é elencada como o projeto ideal normalizador para a vida de todos os sujeitos (FOUCAULT, 1996, p.244).

transitar, sabe? Eu já passei pela experiência de ter muito medo de expressar meu afeto em público e hoje eu não tenho medo disso, inclusive em ambientes de pessoas heterossexuais. Isso porque as pessoas não reparam, elas não me veem como um cara trans [...]. Freqüento lugares que são zero LGBT's e são lugares que eu não considero seguros pra LGBT's, inclusive porque você vê aqueles olhares meio atravessados e tal. Mas como eu tenho uma certa passabilidade, é um lugar que eu consigo me movimentar e estar naquele lugar sem sofrer nenhum tipo de preconceito. Enquanto não descobrem que eu sou trans eu posso estar ali [...] mas quando descobre, aí vira um burburinho.

Na sequência de relatos de Girassol, perguntamos sobre fatores que o impedem e/ou o excluem de certos espaços. Tivemos como resposta a afirmação de que, por mais que ele seja visto como um homem heterossexual, ainda assim existem fatores que o limitam. Exemplo disso fica na estrutura dos banheiros oferecidos nos estabelecimentos:

No fundo eu tenho meus medos, aquele momento que eu vou usar o banheiro, por exemplo, eu tenho medo de ir. Então em um estabelecimento de pessoas héteros eu morro de medo de ir ao banheiro. É sempre um receio de como vai ser o banheiro, até o projeto do banheiro mesmo. Preciso saber se vai ter cabine, se vai ser só mictório, porque lugares héteros normalmente não se preocupam muito, ne? Normalmente é aquela porta do banheiro quebrada e todo mundo mija ali em pé igual, então até isso é um limitante pra eu ir em determinados lugares. Eu sei que, por exemplo, no Bar da Fábrica o banheiro masculino só tem mictório, então é um lugar que eu nunca iria. Até essa ideia dos banheiros limita o meu ir e vir na cidade.

Exemplos como o supracitado tornam nítido que aspectos despercebidos por pessoas que ocupam categorias de privilégio podem impedir as existências de outros, em determinados espaços. Trata-se de uma seleção de sujeitos feita de forma silenciosa e sutil, em que somente quem passa pela inibição se sente diminuído. Esses fatores agregados a tantos outros fazem com que o público que frequenta certa localidade seja selecionado. Ressaltamos que nem sempre esse tipo de seleção é feito de forma proposital. O ato de não pensar nos sujeitos LGBTQIA+ está naturalizado em nossa construção social e reflete nos espaços da cidade.

É importante sabermos que o nosso entrevistado Girassol é um homem, branco, heterossexual, de classe média e com ensino superior completo. Ele possui esclarecimento sobre os fatores que limitam sua existência nos espaços. Porém, existem pessoas que não têm conhecimento de seus direitos ou que quando os possuem, não têm o poder de alcance em sua fala. Se pensarmos de forma interseccional, veremos que alguns direitos e/ou esclarecimentos são retirados do sujeito desde o seu nascimento, antes mesmo de se entender enquanto LGBTQIA+.

Hoje, Girassol é uma pessoa que transita com menos medo de agressão se

Jessica Lana de Souza da Silva, Maria Lúcia Pires Menezes, Marcelo Carmo Rodrigues

comparamos a sua vida atual com aquela de antes da transição sexual, quando era uma mulher lésbica. A partir desse tipo de declaração, somos capazes de observar como o simples fato de ser homem garante um tipo de segurança que nenhuma mulher possui. Trata-se de algo que vai além da segurança – aos homens são permitidos comportamentos que, se reproduzidos por mulheres, receberão julgamentos negativos. Segundo o entrevistado:

Pra mim eu tenho uma leitura muito diferente agora do que é o ir e vir na cidade se comparado ao antes da transição. Eu me sinto mais seguro hoje do que eu me sentia antes pra transitar nos lugares. Eu vejo que hoje em dia eu já não sou um objeto de desejo, sabe? Aquela coisa de se precisar de andar cem metros sozinho na rua ou então de sair da porta de uma festa pra poder pegar alguma coisa no carro, faço sem medo. Eu não tenho mais medo desse tipo de coisa mais.

Diante do relato de Girassol, observamos como a orientação sexual e identidade de gênero podem ser fatores limitadores do processo de circulação pela cidade. Essa é a realidade que muitas mulheres e LGBTQIA+ vivenciam diariamente. Tal restrição pode ser interpretada como uma alternativa do sujeito frente a diferentes sinais, desde punições com olhares, passando por violência verbal e até agressões físicas.

Na próxima parte de nosso texto, daremos continuidade aos relatos de vivência e de visão do sujeito LGBTQIA+, a respeito da cidade de Juiz de Fora, recorte espacial da presente pesquisa.

Relato de Vivência de Sujeitos LGBTQIA+ sobre os Ambientes Públicos e Privados de Uso Coletivo na Cidade de Juiz de Fora (MG)

Neste item, apresentaremos uma casa noturna que possui programação voltada ao público LGBTQIA+, a saber: Café Muzik⁶. A necessidade de apresentação dessa casa surgiu após a realização de nossas entrevistas, haja vista que o local foi citado na fala de algumas pessoas com as quais dialogamos. Nesse sentido, por sua recorrência nos discursos, faz-se palpável a relevância desse espaço aos nossos interesses investigativos.

Vale ressaltar que este estabelecimento se localiza na área central de Juiz de Fora e apresenta características como: (i) um público selecionado, devido à necessidade de pagamento na entrada na casa, devido ao pagamento de um preço considerável pelas bebidas alcoólicas e devido ao investimento notável em sua decoração, publicidade e criação de festas temáticas, (ii) preocupação dos sujeitos com suas vestimentas, (iii) modo pelo qual as pessoas se colocam como consumidoras nestes ambientes, (iv) modo como a espacialidade corporal dos indivíduos se reproduz de maneira diferente dos espaços públicos da cidade.

Acreditamos que, com a apresentação das características do estabelecimento, conseguimos minimamente identificar o perfil dos frequentadores da casa e deduzir que nem todas as classes sociais conseguem

6 Casa de festa que faz parte do segmento de bares e pubs da cidade de Juiz de Fora.



acesso a esse tipo de evento. Isso contribuiu para um despertar de sentimentos que nos direcionassem à vontade de ter, em futuras pesquisas, sujeitos contribuintes que vivam na periferia e busquem por outros tipos de lazer. Assim, tornamos a enfatizar: esse espaço relativamente elitizado é privilegiado em nossa pesquisa por uma regularidade das falas, e não porque o julgamos superior em relação a outros espaços.

As pessoas entrevistadas falaram do processo de modificação estético-estrutural da casa de festas, visto que esta passou por obras que modificaram tanto a sua fachada, quanto a funcionalidade de seus espaços. Até o ano de 2018, sua área de fumantes era na calçada da rua, onde existia um cercamento feito por fitas, cones, e serviço de segurança (Figura 1). Dessa forma, as pessoas pagavam o valor do ingresso da festa e pela inexistência de local aberto específico para fumantes, podiam transitar entre o público e o privado no momento em que queriam fumar. O controle era dado com a distribuição de pulseiras que identificassem os sujeitos.

Figura 1 – Fila de Clientes sendo Organizada na Calçada da Casa de Festas Café Muzik. Rua Espírito Santo, Centro, Juiz de Forao



Fonte: Acervo de fotos Café Muzik.

Como o movimento de entrada e de saída na casa de festa era intenso, não existiam fatores que impedissem as pessoas de comprarem suas bebidas a preços mais acessíveis de ambulantes que ainda hoje trabalham na porta do estabelecimento. Além disso, havia pessoas que, devido à restrição financeira, não participavam das festas no interior da casa. Estas contribuíam com o movimento na porta do estabelecimento. Assim, elas podiam consumir bebidas

a preços acessíveis, ao mesmo tempo em que interagiam com as demais pessoas que se encontravam na mesma situação e/ou que saíam para fumar. A área funcionou assim por mais de cinco anos e, a partir de 2018, após reforma, o local de fumantes foi construído no segundo piso da boate, não podendo mais transitar entre a calçada e o interior do Pub Café Muzik. Nós questionamos a entrevistada Tulipa sobre o que ele achava dessa modificação e obtivemos a seguinte resposta:

Olha só, eu achei que ficou muito melhor porque as pessoas ficam mais seguras. O segurança fica na porta e aí qualquer pessoa que tenha que entrar precisa passar pelo segurança. Quando não tinha esse sistema na parte de cima, as pessoas tinham que sair pra poder fumar, então elas tinham que botar uma pulseira no braço pra poder controlar quem que entrava e quem que saía. Então eu acho que por uma questão de segurança pra quem está dentro da casa e pros próprios proprietários, ficou melhor. A gente tem situações de pessoas que invadem estabelecimento e poderia cometer algum tipo de crime, sabe? Até por ter um público ali, é a seleção de um público que desagrada uma parte da população.

Na fala da entrevistada, nos deparamos com relatos que denunciam a falta de segurança nos espaços públicos para os sujeitos LGBTQIA+. Devido a essa realidade, estes restringem suas manifestações e tendem a se sentir mais protegidos quando existe a separação com a presença de seguranças. Rosa, outra de nossas entrevistadas, deu uma opinião que diverge daquela exposta por Tulipa, pois já se viu na situação de frequentar algumas vezes apenas a calçada e a rua, nos momentos de festas. Nas palavras de Rosa:

Tipo, lá fora era melhor porque ficava lotado, né? A galera ficava pedindo cerveja. Eu acho assim, ficou bonito. Tirou o problema do Muzik, né? Do barulho. Mas pra gente piorou. Querendo ou não, quando tinha área fora, dava acesso às pessoas para participar do movimento de balada sem pagar. Muita gente frequentava a portinha, como nós chamávamos. Às vezes estava ali por não ter dinheiro mesmo. Quantas vezes eu fui com os meninos só com o dinheiro do latão e passávamos a noite ali fora. A galera ia pra porta porque não tinha dinheiro pra pagar. E Muzik nunca foi um lugar acessível.

Flora, uma das entrevistadas que compõe o bloco de falas a respeito das modificações ocorridas na casa, apresenta uma visão mais abrangente. Isso não faz de sua fala mais relevante se comparada às demais, mas ela pensou tanto nos sujeitos que prezam pela segurança, quanto naqueles que não possuem poder de compra para consumirem nos estabelecimentos privados de uso coletivo. Segundo ela:

É tipo assim, se a comunidade LGBT depende do espaço seguro pra que possibilite essa permanência ou uma passagem por esse espaço, existe a impossibilidade também, sabe? Porque se você precisa de espaço seguro, a partir do momento que você não consegue entrar,

Jessica Lana de Souza da Silva, Maria Lúcia Pires Menezes, Marcelo Carmo Rodrigues



que você tem a negação desse espaço, você não tem oportunidade nem de fazer parte. E isso pode acontecer em um movimento cultural de qualquer coisa que seja. Em Juiz de Fora, que tem alguns lugares que podem ser considerados seguros pra uma pessoa LGBT, igual Muzik, por exemplo, uma possível mudança estrutural pra melhorar em teoria pra todas, acaba não sendo muito interessante para outra. E isso com certeza tem a ver com mudança na organização da fila. Se você tem uma área de fumantes que é externa, que tá aberta, temos sujeitos expostos a hostilidade que é muito comum na comunidade LGBT, né? E isso é muito ruim para a pessoa que quer um ambiente mais confortável e tal. Só que para uma outra pessoa, a única possibilidade dela estar ali naquele espaço é consumindo na porta. Do jeito que ela possa pagar, sabe? Ela só conseguiria beber ali na porta, e não dentro do Muzik. Quando você acaba com a área externa de fumante é meio que dar uma segregada também, né?

Na fala das pessoas entrevistadas, notamos como a LGBTfobia pode influenciar o comportamento dos sujeitos e como a segurança parece estar em dicotomia com o processo de inclusão. Isso ocorre haja vista que a necessidade de segurança faz com que algumas pessoas optem pelo privado. Flora dá continuidade a sua fala ao nos dizer como seu comportamento e suas manifestações passam por processos de adequação no intuito de diminuir a recriminação.

Infelizmente às vezes eu tenho que usar de um código social pra que a violência não ocorra, sabe? Então, por exemplo, se eu tiver que usar códigos masculinos mesmo sendo uma pessoa que me identifico como uma pessoa não binária, eu sei que estou cedendo pra um sistema que te incentiva a ser o que você é, mas na hora que você tenta ser você, ele não te permite. Tipo assim, em teoria, a ideia de uma marca ou qualquer coisa que te incentive a ter liberdade, não existe. Ela não existe porque a partir do momento que você vai performar aquilo no dia a dia, você vai estar exposto à hostilidade.

O relato de Flora vai ao encontro do que Goffman (1988) diz sobre a visibilidade do estigma. Segundo o autor, quando um estigma é visivelmente perceptível, ele pode interferir no fluxo de relação com o outro. Isso porque ele se torna o foco da situação social e dependendo da forma que os sujeitos conduzem a conversa, o desconforto pode acontecer para ambos os lados. Isto é, do dito “normal” e do estigmatizado, porém, em proporções diferentes. Nesse caso, o que Flora faz é uma manipulação de seu estigma, escondendo certas características em um momento inicial para possivelmente suprir as expectativas e as normativas a ela socialmente impostas.

Conforme Goffman, a “manipulação do estigma é uma ramificação de algo básico na sociedade, ou seja, a estereotipa ou o ‘perfil’ de nossas expectativas normativas em relação à conduta e ao caráter” (GOFFMAN, 1988, p.61). Isso pode ocorrer em encontros iniciais, quando a preocupação é maior, mas vai tomando uma dimensão menos relevante na medida em que os próximos encontros vão acontecendo.

Jessica Lana de Souza da Silva, Maria Lúcia Pires Menezes, Marcelo Carmo Rodrigues



Na fala das entrevistadas, notamos a possibilidade de se depararem com a falsa ideia de inclusão. Essa falsa inclusão também pode ser observada e questionada dentro do que é proposto nos ambientes de festa oferecidos por espaços privados de uso coletivo. Tal emulação de uma experiência inclusiva se deve ao fato de o poder aquisitivo do sujeito pode vir a oportunizar momentos inacessíveis àqueles que não o possuem. O dinheiro, em muitas situações, contribui para que a pessoa ultrapasse barreiras impostas dentro do próprio ambiente familiar. A partir desse poder aquisitivo, o sujeito declara sua independência e consegue apresentar seu desejo LGBTQIA+ e sua identidade pessoal. A fala da entrevistada Flora, quando questionada sobre os diferentes tipos de julgamentos que podem vir a acontecer em espaço privado e espaço de uso coletivo, vai ao encontro do que pensamos, quanto à autonomia que o dinheiro proporciona às pessoas, a saber:

O espaço privado talvez te dê uma possibilidade maior, sabe? Porque a partir do momento que eu tenho o poder do capital, eu penso assim “eu posso”. No espaço público, parece que em teoria você poderia, mas como você está sujeito muito diretamente a violência, você vai evitar. Você vai acabar evitando de alguma forma, até porque, você não quer que a violência aconteça. Com isso você acaba cedendo mais do que no privado, com toda certeza. Mas eu acho que a LGBTfobia no geral, acontece em frequências diferentes, igual o racismo.

Begônia também colaborou com a nossa aquisição de informações a respeito do tema. No momento em que a questionamos sobre as diferenças existentes entre locais LGBTQIA+ e outros que não possuem o mesmo direcionamento, deparamos-nos com relatos interessantes. Conforme a entrevistada, sua frequência é rara em espaços destinados ao público LGBTQIA+, porque ela não se sente tão confortável nesses espaços devido ao fato de que ela identifica “segregação”, mesmo entre os indivíduos LGBTQIA+. Abaixo, um fragmento de sua fala em que podemos conferir sua perspectiva:

Bem, eu acredito que sim e não. São espaços muito paradoxais, de uma forma geral. Existe uma ideia de falsa liberdade nesses lugares, e por um lado há sim uma maior liberdade de se expressar sem medo de ser agredido fisicamente, ou até mesmo hostilizado. Todavia, eu penso que existe uma hostilização que é silenciosa. Ressalto que a minha fala se direciona principalmente ao público gay, locais predominantes gay. Esses espaços são extremamente segregadores. Na verdade, em minhas observações e reflexões, eu nunca cheguei a uma conclusão exata. Nunca entendi se foi por vingança que esses meios se tornaram assim, tipo ou o motivo exato. Mas é louco pensar que grande parte dessas pessoas chegou a sua vida adulta percorrendo um caminho hostil e segregativo, consequente de uma sociedade heteronormativa, mas que de alguma forma reproduzem o que sofreram, né? Digo isso relacionado a segregação

especificamente. O fato vicioso de manter certos padrões.

Sabemos que a heterogeneidade existe em todos os lugares e dentre todos os grupos, o que de fato é algo positivo. Porém, Begônia se refere à existência de subgrupos que reproduzem heteronormatividades e atos que inferiorizam sujeitos mesmo entre um grupo considerado minoritário politicamente. Em razão disso, ele opta por não ter tanto acesso a tais espaços.

Deparamos-nos com a repulsa à heteronormatividade reproduzida por LGBTQIA+ no momento em que Begônia diz evitar espaços com direcionamento para esse público, e isso vai ao encontro da fala de Flora, a saber: “Não há possibilidade de eu ser o que eu quero ser, de ser o que eu sou, sabe? E isso em nenhum espaço”. Teríamos aí a demonstração de algumas das facetas da LGBTfobia dada dentro da própria coletividade. Acreditamos que a violência simbólica e física sofrida por esses sujeitos tenham relação com a vigilância e cautela dada sobre as identidades de gênero, inclusive entre LGBTQIA+. Goffman (1988, p.117-118) ressalta que:

O indivíduo estigmatizado tem uma tendência a estratificar seus ‘pares’ conforme o grau de visibilidade e imposição de seus estigmas. Ele pode, então, tomar em relação àqueles que são mais evidentemente estigmatizados do que ele as atitudes que os normais tomam em relação a ele [...] É provável que quanto mais o indivíduo se alie aos normais, mais se considerará em termos não estigmáticos, embora haja contextos em que o oposto parece verdade.

Diante disso, temos que alguns indivíduos, mesmo não pertencentes ao agrupamento dos “normais”, apresentam a necessidade de cumprir regras que de certa forma contribuam para diminuir as suas diferenças. Seriam essas imposições de códigos de conduta as responsáveis por fornecerem ao sujeito estigmatizado “não só uma plataforma e uma política e não só instruções sobre como tratar os outros, mas também receitas para uma atitude apropriada em relação a seu ‘eu’” (GOFFMAN, 1988, p.121). Nessas circunstâncias, as pessoas que, por algum motivo, descumpram as normativas, costumam ser desqualificadas de alguma forma.

Deve-se ver, então, que a manipulação do estigma é uma característica geral da sociedade, um processo que ocorre sempre que há normas de identidade. As mesmas características estão implícitas quer esteja em questão uma diferença importante do tipo tradicionalmente definido como estigmático, quer uma diferença insignificante, da qual a pessoa envergonhada tem vergonha de se envergonhar (GOFFMAN, 1988, p. 141).

Dando continuidade à interpretação de nossas entrevistas e tentando compreender como um sujeito Transexual⁷ ou Não Binário se posiciona frente a esse sistema de imposição de conduta, que muitas vezes os inferioriza dentro

7 Sugerimos que assistam ao documentário “Morte e Vida de Marsha P. Johson”. O mesmo, desenvolvido no ano de 2017, narra à luta de personagens proeminentes do Movimento de Libertação Gay e Direito de pessoas Transgêneros entre as décadas de 1960 e 1990 em Nova York.



do próprio coletivo, tivemos um relato da entrevistada Flora. O interessante é observar como ela possui esclarecimento maior para conseguir falar e diferenciar o gênero da sexualidade, afinal, trata-se da sua vivência. Ela compreende o corpo como não contendo um sexo definido, e sim como algo que cede a normativas heterocentradas. Segundo Mélo (2012, p. 202), a maquinação que gerencia o corpo possui bases na “medicalização, cirurgias, ornamentação, indústria pornográfica, tecnologias jurídicas e midiáticas, congressos científicos etc... Corpo é gerenciamento biopolítico, gestão (calculada) sobre os fluxos da vida”. E Flora, como uma pessoa não binária, se coloca de forma contrária a esse dispositivo:

E se você perguntar pra qualquer pessoa trans e tal, o que é ser mulher ou o que é ser uma pessoa não binária, é muito mais ser do que uma coisa específica, sabe? É ser, simplesmente ser. É pensar “eu quero ser assim”. E a partir do momento que você da a impossibilidade do ser, você está impedindo que a pessoa exista.

Com isso, podemos observar o quanto a orientação sexual e a identidade de gênero são assuntos delicados. Na fala de Flora, vimos que se trata de simplesmente ser. Entendemos que ser uma pessoa LGBTQIA+ dentro de uma sociedade heterocentrada e enraizada nos ideários do binarismo contribui para que o sujeito que não se encaixa nessas imposições tenha dificuldades em se expressar tanto dentro do coletivo, quanto na sociedade como um todo. Isso devido ao fato de instintivamente buscarmos uma categorização das pessoas dentro daquilo que conhecemos como verdade. Com isso, os indivíduos precisam buscar por palavras ou expressões que traduzam as suas interpretações e sensações. A questão que levantamos é que, às vezes, as pessoas não conseguem fazer esse tipo de movimento, ou até mesmo optam por não se tencionarem para obter respostas que se encaixem no campo de aceitação binária. E, para além desse imbróglio, temos que pontuar que esses sujeitos também se articulam para manterem relações com outras pessoas.

Nesse exercício de envolvimento, são estabelecidos gerenciamentos e regras para que a interação aconteça. A aceitabilidade maior é vista quando se trata de LGBTQIA+ que se adequam às imposições da heteronormatividade com mais facilidade.

À vista de envolvimento dado em um contexto propício para o estabelecimento de relações homoafetivas (sem a possibilidade de agressão física), como em casas de festas, a ideia de uma liberdade para desenvolver certas ações pode fazer com que o sujeito haja de maneira diferente de como agiria em outros espaços, pois o ambiente oferece artefatos para garantir que a pessoa não se retraia. Salientamos que, conforme observado no decorrer da leitura do presente trabalho, essa impressão de liberdade é questionável, podendo vir de origem excludente e reprodutora de heteronormatividades. Mas sabemos que, nesses espaços, alguns sujeitos conseguem se expressar de maneira mais confortável.

No caso de envolvimento afetivo fora de espaços com programação voltada para o público LGBTQIA+, temos a ativação do sentido do *gaydar*. Essa é uma expressão de origem na aglutinação formada entre as palavras gay e radar,

usada por integrantes do coletivo para representar a capacidade que eles possuem de identificar se a outra pessoa também é uma LGBTQIA+. Muitas vezes esse sentido é ativado sem que nenhuma palavra seja dita. Segundo Goffman (2010, p. 102), “é possível ver a transformação gradual de um mero contato físico com o outro num ato que estabelece a relação social de conferir mutuamente um encontro face a face”.

O encontro iniciado por uma pessoa que dá uma abertura através da comunicação visual começa quando a outra pessoa reconhece os sinais. Assim, é dado retorno do olhar, podendo este ser seguido por uma fala, postura, sorriso, ou algo que indique que o sujeito se colocou à disposição do outro. Dessa forma, “[o]lhares diretos, então, têm um papel especial na vida comunicativa da comunidade, estabelecendo ritualmente uma abertura declarada a enunciados verbais e uma relevância de atos mútua e legitimamente aumentada” (GOFFMAN, 2010, p. 104).

Durante a observação participante em locais de encontro de pessoas LGBTQIA+, no estabelecimento de diálogos, convivência ao longo de anos, e a partir do material adquirido através das entrevistas realizadas na pesquisa, nos deparamos com situações nas quais os sujeitos desenvolvem a comunicação visual elencada por Goffman (2010). Mostraremos como isso se apresenta a partir das palavras da entrevistada Rosa:

Então, eu não sei explicar muito bem, mas é uma questão de olhares, mas que inicialmente parte da análise dos trejeitos da pessoa. Porque é a partir desse reconhecimento dos trejeitos que se iniciam os olhares. Poderia adicionar até a questão de vestimenta, em reconhecer um gay pelo estilo da roupa que usa ou até mesmo marca. A marca diz muito. Por exemplo, nós temos marcas de sungas que nós sabemos que são famosas. Tipo a sunga da marca Marino. Ela é famosíssima entre gay, entendeu? A gente reconhece a estampa. Então, se eu tô numa praia e eu vejo a pessoa usando determinada sunga, eu já conheço, eu já sei. A marca da Osklen, por exemplo, faz sungas que é pra uso gay.

Para além da observação comportamental, ainda temos a marca como signo de identificação de quem pode vir a retribuir o olhar e iniciar uma comunicação visual. Esse tipo de comunicação acontece inclusive em locais públicos de uso comum, como no caso de praças públicas, banheiros de rodoviárias⁸, parques, entre outros. Lembrando que essa possibilidade não é comum a todas as pessoas. Sujeitos LGBTQIA+ não estão em posição de equidade de direitos na sociedade e nem dentro da própria sigla. Isso porque, quanto mais o indivíduo se afasta da imposição binária, menores serão suas chances de ter suas expressões aceitas, como no caso das travestis e não binárias.

Buscamos, a partir de relatos adquiridos em campo, demonstrar como se dá o processo de reconhecimento das pessoas para que a partir disso seja pensado um envolvimento entre os indivíduos. Para, além disso, observamos como um simples reordenamento em uma casa de festas da cidade pode afetar o lazer de

8 Apelidado como banheiros pelo coletivo LGBTQIA+.

pessoas frequentantes. Lembramos que há uma programação de festa pública LGBTQIA+, mas o planejamento dessas é feito de forma pontual durante o ano.

Conclusão

A cidade e os espaços territorializados pela população LGBTQIA+ revelam conquistas e uma multiplicidade de relações sociais, mas, vale ressaltar, entregupal, ou seja, independente de sua identidade e mesmo de sua condição social esses sujeitos também apresentam interações de identidade e união, mas também de dificuldade, ou mesmo de conflito, entre suas diversas identidades.

Diante do que foi proposto enquanto objetivos da pesquisa, acreditamos ter alcançado elementos que consigam responder como o fato de nascermos em uma sociedade totalmente heterocentrada possui influência no processo de formação da personalidade do sujeito e de suas relações espaciais. Dessa maneira, tentamos mostrar, a partir dos fragmentos de entrevistas, como isso se reflete na construção das percepções dos sujeitos a respeito da cidade de Juiz de Fora e como eles percebem as múltiplas facetas da LGBTfobia.

Como observamos no decorrer da leitura, existem diferenças quanto ao tipo e à intensidade dos casos de LGBTfobia, de acordo com a identidade de gênero e orientação sexual vivenciada dentro da sigla LGBTQIA+, dado o fato de que sujeitos transexuais tendem a sofrer mais. Uma das explicações para essa realidade é que quanto mais o sujeito, mesmo ele sendo LGBTQIA+, aproxima-se de características heterocentradas, mais bem aceito socialmente ele tende a ser. E a cidade, pensada e construída sobre parâmetros regidos pela heteronormatividade, reflete isso tanto em aspectos físicos quanto simbólicos.

Referências

CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA. Lei 9.791, de 12 de maio de 2000, dispõe sobre a ação do município no combate às práticas discriminatórias em seu território, por orientação sexual. **Lei Rosa**. Juiz de Fora: 2000. Disponível em: <<https://c-mara-municipal-da-juiz-de-fora.jusbrasil.com.br/legislacao/327968/lei-9791-00>>. Acesso em: 29 mai. 2022.

CASTRO, I.E. **Geografia e Política**: território, escalas de ação e instituições. 2005.

CASTRO, Iná Elias de. Escala e Pesquisa na Geografia: problema ou solução?. Rio de Janeiro: **Espaço Aberto**, v.4, p.87-99, 2014.

COSTA, Benhur Pinós da. Geografias das interações culturais no espaço urbano: o caso das territorializações das relações homoeróticas e/ou homoafetivas. Ponta Grossa: **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, 2010. Disponível em: <<https://scholar.google.com.br/citations?user=96YvcSwAAAAJ&hl=pt-BR>>. Acesso em: 29 mai. 2022.



COSTA, Benhur Pinós da. Microterritorialidades:: Uma relação entre objetividade do espaço, cultura e ação intuitiva do sujeito. Porto Alegre: **Imprensa Livre**, 2013. Disponível em: <<https://scholar.google.com.br/citations?user=96YvcSwAAAAJ&hl=pt-BR>>. Acesso em: 29 mai. 2022.

FORNO, Leandro Rosa dal. **A "Festa da Diversidade" em Cruz Alta-RS como Território de Exercício da Sexualidade LGBT e de seu Reconhecimento Social**. 2013. 147 f. Dissertação (Mestrado), Curso de Geografia, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/handle/1/9395>>. Acesso em: 29 mai. 2022.

FORTUNA, Carlos. (Micro) territorialidades: metáfora dissidente do social. Ponta Grossa: **Terr@plural**, 2012. Disponível em: <<https://revistas2.uepg.br/index.php/tp/article/view/3278>>. Acesso em: 29 mai. 2022.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: a vontade de saber**. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988. 151 p. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2940534/mod_resource/content/1/Hist%C3%B3ria-da-Sexualidade-1-A-Vontade-de-Saber.pdf>. Acesso em: 29 de maio 2022.

FRANCO, Lucas Nascimento. Políticas Públicas no Brasil Voltadas para a População LGBT: reflexos que o movimento enfrenta com relação à sociedade civil. : reflexos que o Movimento enfrenta com relação à sociedade civil. **Repositório Institucional** - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, p. 1-29, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/20739/1/Pol%C3%ADticasP%C3%BAblicasBrasil%20%281%29.pdf>>. Acesso em: 07 abr. 2020.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004. 384 p. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4906485/mod_folder/content/0/Textos%20HARVEY%2C%20D%20-%20Espacos%20de%20Esperanca.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2022.

HARVEY, David. **O direito à cidade**. São Paulo: Lutas Sociais, 2008. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/272071/mod_resource/content/1/david-harvey%20direito%20a%20cidade%20.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2022.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação de uma identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: Ltc, 1988. 158 p. Disponível em: <https://www.mprj.mp.br/documents/20184/151138/goffman,erving.estigma_notassobreamanipulacaodaidentidadedeteriorada.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2022.



GOFFMAN, Erving. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. Rio de Janeiro: Vozes, 1980. 236 p. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/203915/mod_resource/content/1/U-3%20-%20%2810%29%20GOFFMAN%2C%2BE.%2BA%2Brepresenta%C3%A7%C3%A3o%2Bdo%2Beu%2Bna%2Bvida%2Bcotidiana.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2022.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Da Geografia às Geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: CECENÑA, Ana Esther; SADER, Emir. **A Guerra Infinita**. Rio de Janeiro: CLACSO Coediziones, Vozes, 2002.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2011. 85 p. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/22782-Leandro-konder-o-que-e-dialectica-editora-brasiliense.html>>. Acesso em: 29 mai. 2022.

MAIA, Carlos. Liberdade, Diversidade e Excessos sob as Cores do Arco-íris: Reflexões sobre a Rainbow Fest Juizforana. **B. Goiano. Geogr**, Goiânia, v. 32, n. 2, p.71-92, jun. 2010. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/index.php/bgg/article/view/21078/12387>>. Acesso em: 29 mai. 2022.

MÉLLO, Ricardo Pimentel. Corpos, Heteronormatividade e Performances Híbridas. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, p. 197-207, jan. 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/9ywwzLKWfTzTmptJdhR5XTb/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 29 mai. 2022.

MENEZES, Maria Lucia Pires. Crise e a Crise no/do Espaço Público, **Revista de Geografia PPGeo/UFJF**, v. 8, n. 1, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/geografia/article/view/18109>>. Acesso em: 29 mai. 2022.

PINO, Nádia Peres. A Teoria Queer e os Intersex: experiências invisíveis do corpos des- feitos. **Cadernus Pagu**, Campinas, v. 1, n. 28, p.149-174, abr. 2007

RODRIGUES JUNIOR, Paulo de Oliveira. **Montações, Glamour e Existências: diálogos entre o “Miss Brasil Gay Juiz de Fora” e Homossexualidades a partir do Vestuário entre 1877 a 2018**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Artes, Cultura e Linguagens do Instituto de Artes e Design), Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019.

SAMPAIO, Juliana Vieira; GERMANO, Idilva Maria Pires. Políticas Públicas e Crítica Queer: algumas questões sobre identidade lgbt. : algumas questões sobre identidade LGBT. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 26, n. 2, p. 290-300, ago. 2014. FapUNIFESP (SciELO).

<<http://dx.doi.org/10.1590/s0102-71822014000200006>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822014000200006&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 07 abr. 2020.

SAQUET, Marco Aurélio. **Reflexões sobre o Conceito de Território e suas Relações com os Estudos de Cultura e Identidade**. Porto Alegre: Editora Livre, 2013.

SERPA, Angelo. Microterritório e Segregação no Espaço Público da Cidade Contemporânea. 17. ed. São Paulo: **Revista Cidades**, 2013. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/index>>. Acesso em: 29 mai. 2022.

TOLEDO, Livia Gonsalves; PINAFI, Tânia. A Clínica Psicológica e o Público LGBT. **Psicologia Clínica**, v. 24, n. 1, p.137-163, 2012. FapUNIFESP (SciELO). <<http://dx.doi.org/10.1590/s0103-56652012000100010>>. Acesso em: 29 mai. 2022.

TRIBUNA DE MINAS. **Chiquinho Mota, o cabelereiro que criou o concurso Miss Gay Brasil**. Publicado em 05 de agosto de 2018, por Mauro Morais, 2018. Disponível em: <<https://tribunademinas.com.br/acervo/outras-ideias/05-08-2018/chiquinho-mota-o-cabeleireiro-que-criou-o-concurso-miss-brasil-gay.html>>. Acesso em: 29 mai. 2022.

Contribuição de Autoria / Contribución de autoría

Jéssica Lana de Souza da Silva: Conceituação, Análise Formal, Investigação, Metodologia, Escrita (primeira redação, revisão e edição).

Maria Lúcia Pires Menezes: Supervisão.

Marcelo Carmo Rodrigues: Supervisão.

Recebido em 18 de março de 2022.

Aceito em 14 de maio de 2022.

Jessica Lana de Souza da Silva, Maria Lúcia Pires Menezes, Marcelo Carmo Rodrigues

